

Comissão tem 90 dias para definir projeto contra a fome

Dezenas de senadores e deputados participam de instalação da comissão mista criada pelo Congresso que vai discutir a questão e elaborar proposta para combater a miséria no país



Senador Antonio Carlos Magalhães fala durante a reunião de instalação da comissão mista que estudará as causas da pobreza: "Congresso inicia hoje uma grande jornada de solidariedade humana"

A comissão mista do Congresso Nacional criada para estudar as causas e buscar soluções para a pobreza, a miséria e a fome no Brasil foi instalada ontem. O senador Maguito Vilela, eleito presidente, pediu a união dos políticos e da sociedade em torno da questão e já marcou a primeira reunião de trabalho para a próxima quarta-feira. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, cobrou providências urgentes: "Nenhum de nós pode se sentir feliz na tristeza da fome dos nossos concidadãos".

PÁGINA 5

Senado faz 3 audiências públicas em uma semana

PÁGINA 2

CPI DOS BANCOS

Lopes depõe na terça e banqueiros na quinta

O ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, foi convocado para depor na CPI dos Bancos na próxima terça-feira, às 17h. Na primeira vez em que compareceu à comissão, acabou detido pela Polícia Federal porque recusou-se a assinar o compromisso de verdade.

Os dirigentes dos bancos Econômico, Excel e Bilbao Viscaya prestam depoimento na quinta.

PÁGINA 6

Plenário vota 8 matérias e aprova tratado



Proposta de reservar verbas estaduais para o SUS foi rejeitada pelo plenário após intenso debate

Das oito matérias votadas pelo plenário do Senado desde segunda-feira passada, os destaques foram a rejeição da emenda constitucional que obrigava estados a destinarem 12% das receitas para a área de saúde e a aprovação do acordo internacional que criou o Instituto Internacional de Vacinas, que terá o apoio das Nações Unidas. Nas comissões, o ritmo de trabalho também foi intenso. A CCJ aprovou projeto determinando a alternância entre homens e mulheres nas indicações para ministros do STF. A CAS aprovou a criação da tarifa social de energia elétrica.

PÁGINA 3

Dráuzio Varella fala à CAS sobre prevenção da Aids

Três audiências públicas marcam os trabalhos das comissões do Senado Federal na próxima semana, a começar com o depoimento do epidemiologista Dráuzio Varella, na segunda-feira, às 15h30, na Comissão de Assuntos Sociais, presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR). O médico vai falar, a convite do senador, sobre o trabalho que realiza na Casa de Detenção de São Paulo - Carandiru, que resultou no livro de sua autoria, *Estação Carandiru*.

Dráuzio Varella iniciou, em 1989, um trabalho voluntário de prevenção à Aids, no Carandiru, que mantém até hoje, com o apoio da Universidade Paulista. O trabalho inclui pesquisas epidemiológicas sobre a prevalência do HIV, palestras educativas para os presos, gravação de vídeos, edição de um jornal de circulação restrita à penitenciária e atendimento de doentes.

Na terça-feira, as comissões de Ser-

viços de Infra-Estrutura, presidida pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), e de Fiscalização e Controle, presidida pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), realizam reunião conjunta, às 18h, para fazer um balanço do primeiro ano de privatização do Sistema Telebrás, sob o ponto de vista do atendimento ao usuário. Serão ouvidos o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga; o presidente da Anatel, Renato Guerreiro; o relator da CPI da Telefonia de São Paulo, deputado estadual Gilmar Tato; o coordenador-geral da Fitel, sindicalista Luis Antônio Sousa da Silva; e o jornalista econômico Aloísio Biondi.

Também na terça-feira, às 17h, estará na Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador Ney Sussana (PMDB-PB), Solon Lemos Pinto, que fará uma exposição sobre os impactos tecnológicos e econômicos do chamado *bug* do milênio.

Plenário discute PEC que cria Ministério da Defesa

O Senado realiza na terça-feira o quarto dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda oriunda do Executivo destinada a ajustar a Constituição à criação do Ministério da Defesa e dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. A proposta inclui o cargo de ministro da Defesa entre os privativos de brasileiro nato, altera a composição do Conselho de Defesa Nacional e define o juízo competente para processar e julgar os comandantes das três forças. Relator da matéria, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) tem parecer favorável.

No mesmo dia, o Senado vota o texto da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Materiais Correlatos, concluída em Washington, em 14 de novembro de 1997. O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) é o relator da matéria e tem parecer favorável à sua aprovação.

Os senadores deverão votar também projeto de lei da Câmara sobre a obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão e repetência nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Relatores da matéria na Co-

missão de Constituição, Justiça e Cidadania e na Comissão de Educação, os senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Emilia Fernandes (PDT-RS), respectivamente, têm pareceres favoráveis.

Aguarda ainda votação projeto de lei da Câmara dispendo sobre a ligação rodoviária no Plano Nacional de Viação, no extremo norte, dos estados do Pará e Maranhão. O senador Romero Jucá (PSDB-RR) emitiu parecer favorável à matéria na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, mas com um adendo.

Na quarta-feira, o Senado destina a Hora do Expediente à comemoração do 20º aniversário do advento da anistia, celebrada pela Casa como um marco histórico na luta pela liberdade e pela democracia.

Na mesma sessão, os senadores votam projeto de lei da Câmara que inclui os portos de Itumbiara e São Simão, ambos no rio Paranaíba (GO), na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação. Relator do projeto, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) é favorável à iniciativa, mas com emenda de redação.



Fernando Cesar Mesquita, Silvio Romero e Antonio Carlos acompanham a assinatura do contrato por Agaciel Maia

Programação da TV Senado será transmitida em UHF

Diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, assina contrato para aquisição e instalação de equipamentos que levarão imagens ao DF

As imagens da TV Senado serão transmitidas ainda neste ano em UHF para o Distrito Federal. Contrato para a aquisição e instalação de equipamentos foi assinado ontem, no gabinete do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pelo diretor-geral da Casa, Agaciel da Silva Maia, e por Silvio Romero de Souza, representante da empresa Telavo Indústria e Comércio de Equipamentos para Telecomunicações Ltda. Participou do ato o secretário de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita.

A empresa vencedora da licitação também garantirá treinamento de pes-

soal e prestação de garantia.

Com o transmissor, que tem potência de 20 mil watts, até o final do ano a TV Senado poderá ter o seu sinal captado em quase todo o DF pelo sistema UHF. Prefeituras do interior também já podem se equipar para transmitir a programação da TV, que deverá funcionar como geradora, estabelecendo parcerias com as emissoras dos municípios.

No Distrito Federal, quem quiser captar a TV Senado deverá comprar uma antena UHF (existem modelos que custam cerca de 20 reais) e sintonizar o canal 51. No caso de prédios que con-

tam com TV coletiva, nem é preciso a antena domiciliar individual. Nos municípios, as prefeituras que dispõem de antena parabólica devem adquirir ainda um receptor específico da TV Senado e o retransmissor.

Em municípios pequenos, com área de até cinco quilômetros, o receptor específico da TV e o retransmissor podem ter a capacidade de apenas 10 watts. Estes equipamentos podem ser comprados por cerca de R\$ 7 mil. As emissoras municipais poderão divulgar notícias locais intercaladas com a programação da TV Senado.

ACM recebe ministro Fernando Bezerra

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra. "Apesar de ser uma visita de cortesia, aproveitei a oportunidade do encontro com o presidente Antonio Carlos para trocar idéias sobre a situação política e econômica e os planos de trabalho para o ministério", informou Bezerra.



Bezerra apresentou a Antonio Carlos seus planos de trabalho para o Ministério da Integração Nacional

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 1999

PLENÁRIO

▶ 9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado votou oito matérias nesta semana

Comissões também tiveram muitas atividades: CCJ apreciou projeto que coíbe o trabalho infantil, a CAS aprovou tarifa social de energia e a CAE convocou autoridades para explicarem aumentos de combustíveis

O plenário do Senado votou oito matérias nesta semana (de 9 a 12), entre elas um acordo internacional importante, uma emenda constitucional destinada a tornar obrigatórios os gastos da União, dos estados e dos municípios com a saúde pública e o nome de um novo diretor do Banco Central.

A proposta de mudança constitucional, que obrigaria os estados a destinarem 12% de suas receitas ao Sistema Único de Saúde (SUS), acabou rejeitada pelo plenário, depois de horas de discussão. Prevalceu o argumento de que os governos praticamente não têm recursos livres por causa dos gastos compulsórios com educação, funcionalismo e pagamento de dívidas.

Já o acordo internacional cria o Instituto Internacional de Vacinas, com apoio da ONU, destinado a pesquisar e desenvolver vacinas para imunização de crianças contra doenças contagiosas, repassando tecnologias para os países em desenvolvimento. O novo diretor do BC aprovado é Carlos Eduardo de Freitas, que ocupará a Diretoria para Assuntos da Dívida dos Estados.

O trabalho mais intenso dos senadores, nesta semana, foi nas comissões da Casa. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), por exemplo, discutiu longamente vários projetos, aprovando, entre outros, um que determina alternância entre homens e mulheres nas indicações de mi-

nistros para o Supremo Tribunal Federal.

A CCJ também aprovou projeto que muda a lei sobre a forma de apresentação dos símbolos nacionais, inclusive permitindo o uso da bandeira nacional em roupas, exceto como estampa. Outro projeto discutido e aprovado pela CCJ aumentou de três para seis meses o prazo para que os departamentos de trânsito façam leilão de carros apreendidos. O prazo de 90 dias, conforme entendimentos dos senadores, é muito reduzido e nem sempre uma pessoa consegue o dinheiro para pagar multas e outros gastos de um carro recolhido.

A mesma Comissão de Constituição e Justiça analisou e aprovou uma pro-



No plenário, os senadores rejeitaram proposta de emenda constitucional que definia recursos para manutenção do SUS

posta que impede os governos de concederem qualquer incentivo fiscal ou financiamento a empresas que forem flagradas empregando mão-de-obra infantil. A CCJ aprovou ainda resolução executando decisão do STF de suspender artigos de lei municipal de Niterói (RJ) que previam cobrança de iluminação pública.

Matérias apreciadas pelo Senado

(de 9 a 12 de agosto de 1999)

Matérias aprovadas e enviadas à sanção	2
Matérias aprovadas e enviadas à promulgação	4
• acordos internacionais	2
• concessões de telecomunicações	1
• assuntos administrativos	1
Escolha de autoridade	1
Total de matérias aprovadas	7
Proposta enviada ao Arquivo	1
Total de matérias apreciadas	8

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), por sua vez, aprovou projeto, entre outros, que institui a tarifa social de energia elétrica para consumidores de baixa renda ou desempregados que recebam até um salário mínimo. A tarifa mensal será de apenas R\$ 2,00, vedado qualquer acréscimo pelo prazo de cinco anos.

Também recebeu aprovação da CAS projeto que garante a concessão do salário-maternidade, pelo prazo de 90 dias, às seguradas da Previdência Social que adotarem ou obtiverem guarda judicial de criança até um ano de idade. Outro projeto de interesse público discutido e aprovado pelos se-

nadores da comissão libera pai ou mãe do emprego por um turno, a cada dois meses, para acompanhamento escolar de filhos.

Além de analisar e votar projetos, as comissões também fizeram longos debates. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), depois de intenso debate, decidiu convocar o ministro de Minas e Energia e o presidente da Petrobras a explicarem aos senadores por que o governo já concedeu aumentos superiores a 60%, neste ano, para os combustíveis.

Houve ainda muito trabalho em outras comissões, inclusive as de inquérito. A CPI do Judiciário tomou novos depoimentos nesta semana, entre eles o do juiz José Maria de Mello Porto, ex-presidente do TRT do Rio de Janeiro, acusado de uma série de irregularidades administrativas.

Aprovada participação do Brasil em instituto de vacinas

O Senado aprovou ontem texto do acordo que cria o Instituto Internacional de Vacinas, que funcionará em Seul (Coreia do Sul). O acordo foi negociado no âmbito das Nações Unidas, em Nova York, em 28 de outubro como depositário-tário-geral da ONU.

Em seu parecer favorável, junto a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) argumenta que a criação de uma organização internacional independente fortalecerá a capacidade dos países em desenvolvimento no campo da tecnologia das vacinas.

Para Mozarildo, o órgão possibilitará uma melhora na saúde das crianças nos países em desenvolvimento ao introduzir e utilizar vacinas novas e melhoradas, através de uma interação dinâmica entre a ciência, a saúde pública e o meio empresarial.

O Senado aprovou, ainda, projeto de decreto legislativo com o texto das



Mozarildo Cavalcanti acredita que o instituto fortalecerá a tecnologia dos países no campo das vacinas

emendas ao Estatuto da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil (Clac), aprovadas pela XXI Assembleia Ordinária, realizada na cidade do Panamá, em novembro de 1996.

Segundo o senador Tião Viana (PT-AC), que apresentou parecer favorável ao projeto, as emendas permitirão a cada país-membro atuar mais ativamente no colegiado, por ocasião de decisões sobre desenvolvimento e segurança da aviação civil na região.



Ramez Tebet diz que projeto corrige uma injustiça contra os administradores de empresa

Administrador fará parte das juntas comerciais

Em votação simbólica, o plenário do Senado aprovou ontem projeto originário da Câmara dos Deputados incluindo os administradores de empresa como membros integrantes das juntas comerciais, na qualidade de vogais, ao lado dos contadores, advogados e economistas. O projeto vai a sanção presidencial.

Segundo o relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), o projeto repara uma injustiça contra a classe dos administradores estabelecida na legislação do comércio. "O administrador, tanto quanto o advogado, contador ou economista, é profissional indispensável à condução eficaz dos negócios das empresas mercantis", observou.

Conforme a justificativa do projeto, nos dias de hoje, não se concebe mais uma empresa que não conte com um administrador em seu quadro de funcionários. "Portanto nada mais justo que integre as juntas comerciais. O projeto aumenta de três para quatro o número de vogais, para incluir um administrador, o que aprimorará os serviços prestados pelas juntas."

Rádio no Sul tem sua concessão renovada

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de decreto legislativo que renova a concessão da Rádio Mirador Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Rio do Sul, no estado de Santa Catarina. O projeto vai à promulgação.

A matéria foi relatada favoravelmente na Comissão de Educação pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR).



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 1999

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1999 (nº 626/98, na Câmara dos Deputados). Presidente da República. Altera os arts. 12, 52, 84, 91, 102 e 105 da Constituição federal (criação do Ministério da Defesa).

Resultado: Encerrado o terceiro dia de discussão, em primeiro turno. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, para o quarto dia de discussão, em primeiro turno.

2

Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1998 (nº 2.775/97, na Casa de origem). Altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 19 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

Resultado: Aprovado. À sanção.

3

Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 1998 (nº 530/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Mirador Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio do Sul, estado de Santa Catarina.

Resultado: Aprovado. Votaram: Sim: 41 Não: 5 Abst.: 7 Total: 53. À promulgação.

4

Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 1999 (nº 771/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto do Acordo sobre o Estabelecimento do Instituto Internacional de Vacinas, concluído em Nova York, em 28 de outubro de 1996.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

5

Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 1999 (nº 772/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto da Resolução nº A12-5, com as emendas ao estatuto da Clac, aprovadas pela XII Assembleia Ordinária, realizada na Cidade do Panamá, concluída em 8 de novembro de 1996.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Távola analisa programação para crianças



A programação educativa para as crianças na televisão brasileira é o tema da

entrevista do senador Artur da Távola (PSDB-RJ) à TV Senado. No programa que vai ao ar hoje, às 8h30 e às 20h30, ele diz que a TV aberta atualmente é muito mais voltada para os adultos, e essa tendência acabou contaminando os programas infantis. Para o senador, a TV passou a formar consumidores, e não cidadãos. Os programas infantis viraram um grande negócio. "A criança escolhe até a salsicha que os pais compram", diz ele. Mas, segundo Artur da Távola, o pior está acontecendo agora, "com o movimento de erotização precoce. As maternidades estão cheias de crianças de 12 a 17 anos tendo filhos", diz ele. O senador não se considera um radical e diz que a TV nem precisa ser educativa, "basta ser lúdica". Por isso ele defende o projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que fixa em pelo menos cinco horas diárias a programação das emissoras nesses moldes.

Urologista esclarece sobre câncer de próstata

O câncer de próstata é uma das doenças que mais atingem os homens em todo o mundo. No Brasil, o câncer de próstata representa um sério problema de saúde pública, sendo o terceiro tipo mais comum de câncer em homens, só superado pelos de pulmão e pele, e é o terceiro que mais mata.

Para falar desse assunto o programa *Consulta Marcada*, da TV Senado, convidou o médico urologista José Carlos Fragomeni, que já foi professor de medicina da Universidade de Campos, no Rio de Janeiro, e da Universidade de Brasília. Ele também chefiou o setor de urologia do Hospital das Forças Armadas.

José Carlos Fragomeni defende a realização de *check-ups* constantes para a prevenção da doença. "Os sintomas de câncer de próstata não existem", alerta o médico. O programa vai ao ar hoje, às 9h, 13h30, 19h30 e 21h30.

Oposição discute sua postura diante do projeto de combate à pobreza

Suplicy observa que Freire acertou ao questionar modelo que leva a desigualdades. Senador por Pernambuco acha que esquerda deve aproveitar momento para colocar sua proposta no debate



Suplicy afirma que modelo econômico estrangula possibilidades de resolver as desigualdades

Senadores da oposição promoveram ontem, no plenário, um debate sobre a posição da esquerda frente às propostas de combate à pobreza, especialmente a emenda à Constituição apresentada pelo senador Antonio Carlos Magalhães.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou a necessidade de o país estar envolvido na resolução da fome e da pobreza. O senador por São Paulo comentou discurso proferido no dia anterior pelo senador Roberto Freire (PPS-PE), que criticou políticas compensatórias e a proposta de Antonio Carlos. Para Suplicy, Freire colocou aspectos de grande relevância, ao questionar o modelo econômico desenvolvido no Brasil, que leva a desigualdades.

— De fato, precisamos transformar as instituições e questionar os instrumentos de política econômica. Esse modelo está estrangulando as possibilidades de resolver as desigualdades — afirmou Suplicy, levando em conta dados do Orçamento Geral da União que demonstram que um quarto do total arrecadado no país é destinado ao pagamento de juros e encargos das dívidas interna e externa.

Porém, Suplicy disse acreditar que a "metamorfose de Antonio Carlos", ao colocar o combate à pobreza como prioridade, deve servir para que a comissão criada para debater o assunto possa



diagnosticar as razões da miséria no país. Assim, apesar das críticas de Freire a políticas compensatórias, Suplicy disse que considera "um instrumento de política econômica assegurar a todos os brasileiros um mínimo de renda como um direito de cidadania".

O senador Lauro Campos (PT-DF) lembrou que, em 1974, posicionou-se contra a proposta de renda mínima. Ele disse não acreditar que existam mecanismos reais de distribuição de renda no capitalismo.

— O que existe é acumulação. A distribuição, no capitalismo, esbarra em uma série de desculpas — afirmou.

Políticas compensatórias não resolvem problemas, diz Freire

O senador Roberto Freire conclamou a esquerda a aproveitar o destaque dado ao combate à pobreza, pelo fato de o assunto ter sido levantado pelo presidente do Senado, para dizer qual a sua alternativa para a sociedade. Ao garantir não ser contra políticas compensatórias — "que em alguns momentos são necessárias até por humanidade" —, o senador observou, porém, que isso não resolve o problema da sociedade brasileira. "Seria um engodo dizer que, com essa política, estaríamos construindo a sociedade mais justa", declarou Freire.

O senador por Pernambuco disse acreditar que o debate acerca da pobreza no país ficou obscurecido pela presença do autor da proposta, que, "nos termos que é colocada, é insensata na realidade brasileira", por retirar dinheiro de estados e municípios, programas de saúde, educação e dos instrumentos que podem viabilizar

esse desenvolvimento, como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

— Gostaria de chamar a esquerda para essa reflexão: a crítica tem que ser dura, sob pena de se confundir com a proposta que não tem nada a ver com suas concepções, sua história e seus êxitos de construir sociedades mais justas — afirmou.

Suplicy convidou os colegas de bancada a estudar a proposta de Antonio Carlos da mesma maneira que as da esquerda, principalmente na comissão proposta pela senadora Marina Silva (PT-AC).

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) se disse preocupado com o que chamou de "esquizofrenia" que está sendo atribuída à esquerda no debate sobre o fundo proposto por Antonio Carlos. Dutra reconhece que há posições diferentes dentro da oposição, até mesmo sobre a proposta de renda mínima. Porém, segundo disse,

há setores dentro da esquerda que sabem fazer essa distinção.

A parte positiva da proposta de Antonio Carlos, na visão do senador por Sergipe, é fazer o Congresso Nacional debater e criar uma comissão para analisar as causas da pobreza. Porém, Dutra acredita que, se a comissão discutir apenas a proposta do presidente do Senado, não estará à altura do motivo pelo qual foi criada. Dutra também revelou seu posicionamento com relação à proposta de Antonio Carlos:

— Do jeito que está, hoje eu votaria contra a proposta por uma série de problemas. Ela prorroga o FEF (Fundo de Estabilização Fiscal), que queremos extinguir, e não toca em pontos fun-



Freire conclamou esquerda a fazer crítica dura à proposta

damentais. Se não nos dispusermos a mexer de maneira profunda em como se faz a cobrança de impostos no Brasil, não vamos chegar a lugar nenhum, não vai ter fundo que dê jeito — afirmou Dutra, ao citar que o total arrecadado com o ITR (Imposto Territorial Rural) não chega ao valor do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) coletado em um bairro de São Paulo.

Ao encerrar seu discurso, Suplicy disse que compartilha das mesmas restrições colocadas por Dutra sobre a emenda constitucional apresentada por Antonio Carlos. Para ele, o importante é a oportunidade de discuti-la junto com as demais propostas existentes.

Marina quer propostas concretas da comissão

A comissão mista do Congresso Nacional que vai analisar as propostas de combate à pobreza e à exclusão social, em tramitação nas duas Casas legislativas, tem o dever de apresentar dentro de 90 dias propostas concretas destinadas a melhorar as condições da população carente brasileira, disse ontem, em discurso no plenário, a senadora Marina Silva (PT-AC). Para ela, o Congresso, de forma organizada, passará, a partir da próxima semana, quando a comissão começar os trabalhos, a interferir diretamente no combate à pobreza.

"O Congresso Nacional poderá marcar historicamente a sua parti-

cipação no processo de combate à pobreza, discutir com a sociedade organizada as experiências bem-sucedidas e colocar em prática as ações propostas já a partir do ano 2000", salientou Marina Silva, para quem a comissão e o Parlamento devem abrir as suas portas para um grande debate nacional, com o objetivo de salvar as populações menos favorecidas.

No entender da senadora, as ações propostas pela comissão mista no prazo de 90 dias não poderão ser de caráter paternalista ou assistencialista. A seu ver, é necessário que sejam apresentadas novas políticas públicas para um firme combate à miséria, passando pela democratiza-



Marina sugere estudar projetos de combate à pobreza que obtiveram sucesso a custos baixos

ção da renda e melhoria nas áreas de saúde, educação, transportes e moradia, a fim de que o país possa retomar o desenvolvimento.

Ela observou que as propostas a serem apresentadas devem ser concretas e beneficiar diretamente a população, como a implantação da bolsa-escola e o programa de garantia de renda mínima. Ela entende, também, que a comissão deve se debruçar sobre projetos que obtiveram sucesso a cus-

tos baixos e que alcançaram importantes resultados sociais. No entender de Marina Silva, as parcerias envolvendo a sociedade organizada e prefeituras precisam ser incentivadas.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), em aparte, disse que o combate à pobreza deve ser uma bandeira de toda a sociedade, e não de pessoas ou grupos. "O combate à miséria tem de vir de baixo para cima, com apoio de toda a população", acrescentou Pedro Simon.

Maguito Vilela propõe desafio à fome e à miséria

Em seu primeiro pronunciamento após ter sido eleito presidente da comissão mista que analisará soluções para erradicar a pobreza, o senador goiano pede a união de políticos e da sociedade em torno do tema

“Depois de muitos anos sendo desafiados pela pobreza, o mundo político e a sociedade brasileira vão, a partir de agora, desafiar a fome e a miséria”, afirmou o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) logo após ter sido eleito, ontem, presidente da Comissão Mista Especial que vai estudar as causas da pobreza e propor soluções para erradicá-la do Brasil. A senadora Marina Silva (PT-AC) foi eleita vice-presidente da comissão e o deputado federal Roberto Brant (PFL-MG) foi escolhido para assumir a relatoria.

A reunião de instalação, que contou com a presença do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, foi presidida pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que ressaltou o “momento histórico” da reunião de todos partidos em torno do “objetivo mais significativo na história do país”. Simon lembrou que o Brasil é um recordista em desníveis sociais, mas observou que o que importa é a prioridade que está



Maguito disse que não se pode entregar às futuras gerações um quadro como o atual

sendo dada ao debate e a unanimidade alcançada em torno da questão.

Maguito assinalou a obrigação que os integrantes da comissão têm de não entregar um país com o quadro atual às gerações futuras. O presidente da comissão disse estar encorajado, tranquilo e confiante no sucesso do traba-

lho, que pretende desenvolver em conjunto com Marina Silva e de maneira harmônica e democrática com todos os parlamentares.

PRIORIDADE

A vice-presidente Marina Silva disse que a comissão precisa, obrigatoriamente, priorizar o debate em torno de

propostas que visem políticas públicas. A senadora sugeriu a criação de grupos temáticos de trabalho que poderiam estudar com mais afinco as áreas de educação, saúde, emprego e reforma agrária, entre outros temas. Marina propôs ainda que a comissão consulte a sociedade organizada e analise as experiências que deram certo ouvindo pessoas historicamente comprometidas com a erradicação da miséria no país, como Celso Furtado, Don Mauro Morelli, Ana Peliano, Adib Jatene, Cristóvam Buarque e outros.

Por sua vez, o deputado Alceu Collares (PDT-RS) disse que a primeira reunião da comissão deveria estabelecer as regras de funcionamento e de trabalho antes de qualquer indicação de nomes para convocação. Marina Silva explicou que não estava tentan-

do impor uma lista de nomes, mas que, diante da urgência da fome e da miséria, pretendeu transformar a reunião de instalação em reunião administrativa e tentar decidir logo alguns pontos. “As pessoas não querem mais a melhor frase de efeito, mas a melhor iniciativa”, afirmou.

O relator Roberto Brant disse que o Brasil é um país dual, mas que ainda se insiste em governá-lo como se fosse uma unidade homogênea, sem levar em consideração justamente os excluídos. Ele apelou para que não se perca mais tempo procurando pela pobreza. “Todos nós a conhecemos”, disse. Brant pretende impor objetividade ao seu trabalho e resgatar iniciativas de sucesso que foram interrompidas.

Após a reunião de instalação, Maguito, Marina e Brant reuniram-se para definir uma agenda de trabalho para a comissão. A próxima reunião foi marcada para quarta-feira, às 10h.



A comissão que examinará alternativas para a erradicação da miséria concluirá os seus trabalhos até 10 de novembro

Antonio Carlos Magalhães aponta dia “histórico” para o Congresso Nacional



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem, durante a reunião de instalação da

Comissão Mista Especial que vai estudar as causas da pobreza e propor soluções para erradicá-la, que o Congresso Nacional vivia dia histórico, iniciando “uma grande jornada de solidariedade humana”. O senador lembrou que a sociedade clama por providências urgentes e que “nenhum de nós pode se sentir feliz na tristeza da fome dos nossos concidadãos”.

Antonio Carlos elogiou o relator da comissão, deputado Roberto Brant, e as escolhas do presidente, senador Maguito Vilela (PMDB-GO), e da vice-presidente, senadora Marina Silva (PT-AC), destacando as qualidades de cada um. Ele lembrou a origem po-

bre da senadora Marina, disse que Brant é um dos parlamentares mais capazes da República, e que Maguito será um guia competente.

Antonio Carlos defendeu a organização como uma forma de os trabalhos da comissão prosseguirem em ordem. O passo seguinte, na avaliação do presidente do Congresso, após a elaboração da agenda pelo presidente, pela vice-presidente, e pelo relator da comissão, seria a realização de uma reunião administrativa onde a proposta seria discutida e definidas as pessoas que deverão ser ouvidas.

Segundo o presidente do Senado, quando Marina Silva

propôs um prazo de 90 dias para que os trabalhos da comissão fossem encerrados, ela achava que o problema da fome e da pobreza era tão sério que sua discussão não poderia ser protelada. Baseado nisso, o presidente do Congresso disse que devem ser convocadas as pessoas indispensáveis, sob pena de só em audiências a comissão ultrapassar o prazo previsto inicialmente.

— Seria extremamente importante que antes do fim desse ano o Congresso Nacional desse ao Brasil as soluções legais para o Executivo acabar com a fome e erradicar a pobreza no Brasil. Isso é preciso fazer dentro de um espírito de não partidarismo — comentou Antonio Carlos.



Antonio Carlos vê a instalação da comissão como início de “grande jornada de solidariedade humana”

Para o presidente do Congresso, o comparecimento maciço de deputados e senadores à reunião de instalação da comissão, marcada três horas antes, é a prova indiscutível de que o Congresso Nacional está interessado em resolver os problemas da fome e da pobreza.

— Tenho que me congratular com o povo brasileiro, aqui representado por todos os partidos políticos e ideologias, no sentido de nos unirmos para dar uma solução em relação a esse assunto no Brasil. Evidentemente, isso não será resolvido em um ou dois anos. Mas em cinco, seis ou sete eu tenho certeza de que nós poderemos mudar o quadro social do Brasil — encerrou Antonio Carlos.

Composição é apresentada

A composição da comissão mista que vai examinar as causas das desigualdades sociais e apresentar soluções para erradicar a pobreza foi anunciada ontem ao plenário pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Serão 19 senadores e 19 deputados. Os trabalhos serão concluídos até 10 de novembro.

Os senadores que integram a comissão são: Renan Calheiros (AL), Maguito Vilela (GO), Pedro Simon (RS), Alberto

Silva (PI), Marluce Pinto (RR), Roberto Requião (PR) e Agnelo Alves (RN), do PMDB; Paulo Souto (BA), Juvêncio da Fonseca (MS), Maria do Carmo Alves (SE), Romeu Tuma (SP) e Geraldo Althoff (SC), do PFL; Paulo Hartung (ES), Osmar Dias (PR), Geraldo Melo (RN) e Sérgio Machado (CE), do PSDB; Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Marina Silva (PT-AC), do Bloco Oposição.

Senador pede nova solução para precatórios

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, esclareceu ontem que não é favorável ao perdão do pagamento dos precatórios por alguns estados e pela União, mas sim à criação de condições legais impedindo que, através de algumas combinações, os preços dos precatórios cheguem a 100, 200 ou 500 vezes mais do que o valor real.

— É impossível São Paulo, Rio de Ja-

neiro e outros estados, além da própria União, pagarem estes precatórios nos preços que estão determinados. Se forem somados, os precatórios representarão mais do que o Orçamento da União. É necessária uma modificação na legislação vigente, já que o Brasil não pode quebrar por causa dos precatórios — afirmou Antonio Carlos.

Na opinião do presidente do Senado,

o que existe atualmente é uma questão de fato, onde os estados e a União não têm condições de pagar os precatórios nos valores estipulados. Respondendo a uma jornalista segundo a qual alguns juristas teriam dito que ele estaria pregando um calote, Antonio Carlos disse que “o calote é de alguns ladrões que querem receber dinheiro sem merecer”.

CPI convoca Lopes para terça e ouve banqueiros na quinta-feira

Comissão define agenda de depoimentos para a próxima semana e espera iniciar, no dia 24, fase de discussão de propostas para aperfeiçoar o sistema financeiro nacional



Luiz Estevão já marcou reunião para quarta-feira e quer votar a MP rapidamente

Luiz Estevão preside a comissão das mensalidades

A comissão mista do Congresso Nacional destinada a analisar a medida provisória que dispõe sobre as mensalidades escolares – já na 64ª edição – foi instalada ontem. O presidente da comissão, senador Luiz Estevão (PMDB-DF), adiantou que tudo fará para votar a matéria o mais rápido possível, lembrando que a primeira edição dessa MP data de cinco anos.

Luiz Estevão informou que já na próxima quarta-feira a comissão volta a se reunir, quando deverá aprovar o parecer do deputado Paes Landim (PFL-PI), relator da medida provisória, e enviá-lo rapidamente ao plenário. “Espero que não haja a 65ª edição”, acentuou o parlamentar pelo Distrito Federal.

A MP, de nº 1.890-64, estabelece – entre outras medidas – que o valor anual do contrato entre o estabelecimento de ensino e o aluno, pai ou responsável deverá ser limitado ao teto correspondente à última mensalidade cobrada no ano anterior, multiplicada pelo número de parcelas do mesmo ano e dividido em 12 parcelas mensais iguais, podendo ser acrescido de gastos previstos no aprimoramento do projeto didático-pedagógico da escola, assim como os relativos à variação de custos a título de pessoal e custeio.

Determina ainda a MP que ficam proibidas a suspensão de provas escolares, a retenção de documentos escolares, inclusive os de transferência, ou aplicação de quaisquer outras penalidades pedagógicas por motivo de inadimplência.

A CPI do Sistema Financeiro marcou ontem o depoimento do economista Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central, para as 17h da próxima terça-feira. Ele foi reconvoado pela comissão de inquérito do Senado porque da primeira vez, em 26 de abril, se recusou a assinar o compromisso de só falar a verdade e, por isso, foi detido pela Polícia Federal por ordem do presidente da CPI, senador Bello Parga (PFL-MA).

Parga acredita que Francisco Lopes desta vez não se recusará a responder às perguntas dos senadores, pois o ministro Sepúlveda Pertence, do STF, ao julgar mandado de segurança impetrado pelo ex-presidente do BC, decidiu que ele deve comparecer à comissão e responder às perguntas, podendo ficar em silêncio apenas no caso em que a resposta puder comprometê-lo.

A CPI decidiu ainda marcar para quinta-feira (dia 19) três depoimentos ligados ao Proer. Estão convocados o ex-

proprietário do Banco Econômico, Ângelo Calmon de Sá, e Ezequiel Nasser, ex-presidente do Excel (banco que comprou o Econômico, com apoio do Proer). No mesmo dia, irá falar aos senadores o presidente do Banco Bilbao Viscaya, que acabou por comprar o Excel.

No dia 20, os senadores tomarão o depoimento do ex-controlador do Banco Nacional, Marcos Magalhães Pinto, e um dirigente do Unibanco, que adquiriu o Nacional, também com apoio do Proer. A CPI investiga, entre outras coisas, as razões da fragilidade do sistema bancário brasileiro, apesar dos gastos de R\$ 20 bilhões do BC com o Proer.

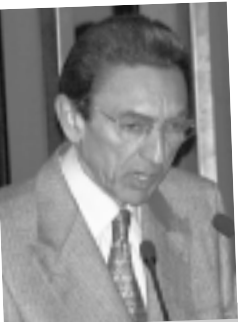
Ficou decidido ainda que, a partir do dia 24 desde mês, a CPI passará à fase de discussão de propostas a serem feitas pelo relator, quando serão ouvidos ex-presidentes do Banco Central, o secretário da Receita Federal e o ministro da Fazenda. Assim, no dia 24 falará Gustavo Franco, no dia 26, Gustavo Loyola e, no dia 27, Everardo Ma-

Incentivos regionais são aprovados sem emendas

A comissão mista destinada a analisar a medida provisória que dispõe sobre incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), presidida pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), aprovou ontem parecer do relator, deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), quanto à constitucionalidade e ao mérito, rejeitando as 14 emendas apresentadas.

A medida, que vai beneficiar a Bahia, com a instalação de uma unidade da Ford, significa “um marco na nova era de desenvolvimento industrial não só da Bahia, mas de todo o Nordeste, e um momento importante para a reconstrução da nossa região”, na opinião do senador Paulo Souto (PFL-BA).

A MP, entre outras providências, concede crédito presumido de 32% do IPI nas saídas, do estabelecimento industrial situado nas áreas de atuação da Sudene, Sudam e Centro-Oeste, exceto o Distrito Federal, de veículos nacionais ou importados diretamente pelo beneficiário, incentivando a insta-



Lobão, presidente da comissão: “Nordestinos estão em regozijo”

lação de indústrias em regiões carentes, o que, segundo o relator, resultará no aumento de oferta de empregos e, em consequência, na melhoria dos padrões socioeconômicos das áreas envolvidas, “reduzindo as enormes desigualdades regionais existentes em nosso país”.

O presidente da comissão, senador Edison Lobão, após elogiar o “ágil trabalho” de Geddel Vieira Lima, afirmou que com a rápida aprovação da MP fica mais do que evidente que o Congresso Nacional pode conviver com as iniciativas do Executivo. “É possível votarmos as MPs. Obedecemos os prazos e está provado que temos condições de votá-las.”

O senador pelo Maranhão disse não ter se ressentido com o relator pela rejeição de uma emenda de sua autoria que estendia os benefícios da MP à base de lançamento de foguetes espaciais em Alcântara, no seu estado, “pois todos nós nordestinos estamos em regozijo”. Ele adiantou que a medida deve ir à votação pelo plenário do Congresso Nacional por volta dos dias 25 ou 26.



Bello Parga, presidente da CPI: últimos nove dias serão para discussão do relatório

ciel (secretário da Receita). Os dias 1º e 3 de setembro serão dedicados aos depoimentos do ministro Pedro Malan e do atual presidente do Banco Central, Armínio Fraga. Os últimos nove dias da CPI, que terminará em 12 de setembro, serão dedicados à análise e discussão do relatório final.

Eduardo cobra repasses para universidade

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) fez um apelo ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, para que libere “o mais rapidamente possível” os recursos orçamentários a



Eduardo: só o Tocantins não tem universidade federal

que a Universidade do Tocantins (Unitins) tem direito este ano. Segundo o senador, a liberação da verba é fundamental para que a universidade possa funcionar em toda a sua plenitude, contribuindo para o desenvolvimento integral do estado com a formação de profissionais de nível superior altamente qualificados.

Eduardo Siqueira Campos lembrou que, desde a criação do estado do Tocantins, as autoridades e os parlamentares têm tentado dotar o estado de uma instituição universitária federal, mas, ainda assim, o estado continua sendo o único a não contar com uma. O senador acrescentou que, por falta de recursos, a Unitins vem enfrentando dificuldades. Uma das questões pendentes, informou, é a conclusão das obras do campus, em Palmas, que, segundo ele, custará, pelo menos, R\$ 2,2 milhões.

Tuma presta homenagem ao criador da Bandeirantes

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) homenageou, em plenário, o presidente da Rede Bandeirantes, João Jorge Saad, pela passagem do seu 80º aniversário, transcorrido no dia 22 de julho último. “Um homem cuja vida está moldada de forma a dar provas da engenhosidade humana em diversos campos de atividade, um ser que tem seu patriotismo dimensionado pela independência, pela capacidade e pela imparcialidade gravadas em sua mais famosa obra, aquela realizada no âmbito dos órgãos de comunicação brasileiros”, ressaltou o senador.

Tuma destacou a atuação de Saad na pecuária em São Paulo, onde integra grupo empresarial dedicado ao setor de gado leiteiro e de corte. Segundo o senador, foi através da empresa Aricanduva S. A. que João Saad “modificou literalmente a paisagem urbana” ao executar o Jardim Leonor, o principal loteamento no Morumbi, além de ter criado diversos bairros paulistanos, como o Jardim Aricanduva, Jardim Monte Azul, Jardim Piracuama e Cidade Adhemar:

– A presidência da Rede Bandeirantes de Rádio e Televisão está no centro de sua atividade empresarial, atualmente concentrada no desenvolvimento de uma rede de rádio composta por 45 emissoras AM e 31 FM, a maior do gênero no Brasil – relatou Tuma. De acordo com o senador, João Saad também foi pioneiro no setor de televisão ao transmitir as primeiras imagens em cores via satélite na América Latina. Tuma explicou que a TV Bandeirantes encabeça uma rede que cobre 92,8% do território brasileiro com 68 afiliadas e 11 emissoras próprias nas principais capitais e no interior paulista.



Tuma lembrou pioneirismo de Saad e da TV Bandeirantes nas transmissões em cores

Desvalorização do real foi erro, diz Valadares

Mudança cambial, crescimento do desemprego, congelamento de salários do setor público e aumento de tarifas são apontados pelo senador como as principais causas da queda de popularidade do presidente Fernando Henrique Cardoso

João Alberto defende adoção de código de ética para televisão

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) solidarizou-se com o secretário Nacional de Direitos Humanos, José Gregori, que, preocupado com o nível de boa parte da programação diária da televisão, defendeu a adoção de um código de ética pelas emissoras. Para o senador, é urgente uma revisão profunda das linhas que norteiam a televisão brasileira. Ele disse que “a sociedade exige e o país não pode prescindir de uma televisão eticamente de qualidade”, observando, no entanto, que não defendia a censura.

João Alberto destacou o ultimato que o secretário Nacional de Direitos Humanos lançou às emissoras de televisão para que, até 30 de setembro, apresentem uma proposta de código de ética no sentido de melhorar a qualidade da programação.

— Trinta de setembro seria, então, o prazo oficial para conclusão dos trabalhos de concepção e elaboração do código de ética. Se nessa data um consenso não tiver sido atingido entre as emissoras e, conseqüentemente, um resultado não tiver sido materializado, o governo encaminhará um conjunto de restrições à violência e à pornografia a ser introduzido no projeto de lei de comunicação de massas — explicou.

O senador disse que embora a baixa qualidade dos programas de televisão venha preocupando a sociedade brasileira, por afetar negativamente o



João Alberto lamenta o predomínio de futilidades na programação de TV

comportamento de crianças e adolescentes, até o presente nada foi feito de concreto.

— As coisas até pioraram, pois a qualidade dos programas no denominado horário nobre, no qual se concentra a luta pela audiência, se tem degradado cada vez mais, alcançando patamares de apelação, com predomínio de futilidades e excentricidades em detrimento da cultura, da informação e do lazer de bom gosto — frisou o senador.

Para João Alberto, outro problema grave é a violência diária na televisão, que influi na formação das crianças. Ele lembrou que os crimes nos desenhos animados, por exemplo, aparecem fora de contexto e sem conseqüências punitivas, o que “cria na criança um desequilíbrio entre o positivo e o negativo”.

— Tenho a convicção de que nosso país, diante da realidade de analfabetismo e subdesenvolvimento de milhões de cidadãos, está desperdiçando um poderoso instrumento de formação e capacitação de seus habitantes — concluiu.

Ao analisar o resultado das pesquisas que revelam baixa popularidade do governo, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso começou a errar quando desvalorizou o real, contrariando sua promessa de campanha eleitoral e decepcionando a população.

— O governo fraudou as eleições. Para ganhar, prometeu o que não podia cumprir. Depois decidiu desvalorizar o real, criando problemas na economia e com os países vizinhos, como é o caso da Argentina, que mergulha numa crise sem precedentes — afirmou.

O senador de Sergipe também apontou o crescimento do desemprego, o congelamento dos salários por mais de cinco anos, o aumento das tarifas públicas e dos medicamentos, além da precariedade do setor de saúde, como outras causas da impopularidade do governo.

Embora seja de oposição, Valadares disse que não fica contente com a impopularidade do governo de Fernando Henrique, pois o presidente foi eleito pela maioria esmagadora de votos. “Como amo o Brasil, desejava que o presidente fizesse a defesa do país”, disse.



Antonio Carlos Valadares acusou o governo de haver fraudado as eleições do ano passado, “prometendo o que não podia cumprir”

Valadares criticou a política econômica do governo, afirmando que o país ficou mais vulnerável ao capital estrangeiro e passou a seguir as regras estabelecidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

A impopularidade do governo, lembrou o senador, citando dados do Ibope, acentuou-se no mês de julho deste ano, quando o apoio popular foi de apenas 26%. Em outros tempos, este índice chegou a 70%, acrescentou.

— Previa-se que o governo retomasse o desenvolvimento e adotasse medidas na área social, mas o que vimos foi Fernando Henrique mudando tudo o que prometeu, a começar pelo sistema de câmbio — salientou.

A marcha promovida pelos partidos de oposição e segmentos sociais, marcada para o próximo dia 26, em Brasília, será um “acontecimento histórico”, segundo Valadares, pois a capital federal “será o palco da exaltação nacional”.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou o discurso de Valadares e criticou o fato de Fernando Henrique não chamar para conversar o economista Celso Furtado, que, segundo ele, poderia assessorar o governo na área econômica. Celso Furtado, segundo Simon, seria importante para proporcionar ao governo idéias diferentes das que vêm sendo adotadas pela equipe econômica.

Antero de Barros elogia reserva de cargo de superintendente a servidores do Incra

O decreto presidencial que reservou a servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) o cargo de superintendente regional do órgão foi elogiado ontem em plenário pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT). Ele destacou que a medida vai evitar que administradores nomeados com objetivos puramente político-eleitorais pratiquem atos lesivos ao patrimônio público.

— Agora caberá aos servidores do Incra zelar pelo bom nome daquela autarquia — disse Antero.

O senador explicou que os novos superintendentes regionais serão escolhidos depois de consulta a lista tríplice a ser elaborada com os nomes de servidores habilitados para o cargo e com reputação ilibada. Ele ressaltou a importância da adoção desse critério lembrando a nomeação para

a Superintendência do Incra em Mato Grosso de pessoas com processos na Justiça. Um desses superintendentes colaborou, conforme o senador, para que 312 mil hectares de terras pertencentes ao estado fossem transferidos fraudulentamente a particulares.

Antero de Barros disse esperar, agora, que o governo ponha em marcha o processo de descentralização destinado a envolver prefeitos e governadores na reforma agrária. O senador também considera necessária ampla revisão da política agrícola levando em conta desigualdades e diferenças regionais no que se refere à concessão de financiamentos. Ele entende ainda que uma solução tem que ser dada ao endividamento agrícola, embora todo o cuidado deva ser tomado com a utilização dos recursos do Tesouro Nacional.

Criticada candidatura de senadores em metade do mandato

A candidatura ao Senado de senadores no meio do mandato é uma atitude “antiética”, na opinião do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT). Em discurso ontem, ele pediu o apoio de seus colegas a uma proposta que impede esse tipo de candidatura, a ser examinada na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O projeto acrescenta mais um item à Lei das Inelegibilidades.

Antero Paes de Barros afirmou que há senadores se candidatando no decorrer do mandato para obter mais oito anos de atividade parlamentar e, ao mesmo tempo, abrir espaço para o suplente, em geral pessoa sem expressão político-eleitoral.

— Não podemos compactuar com esse espírito de corpo — afirmou o senador.

Ele ressaltou que as candidaturas a cargos como o de governador ou presidente da República devem continuar sendo permitidas, mas considerou as candidaturas ao Senado de senadores detentores de mandato como parte de uma disputa desigual.



Antero de Barros espera que o Poder Executivo envolva prefeitos e governadores na reforma agrária

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*
7h — *Saúde Todo Dia* — Karatê
7h30 — *Especial Unip* — Artrite reumatóide
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h25 — *Senado em Pauta*
8h30 — *Entrevista* — O senador Artur da Távola fala sobre programação educativa para crianças
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Sessão Plenária* (ao vivo)
12h30 — *Entrevista* — Senador Artur da Távola
12h55 — *Senado em Pauta*
13h — *Cores do Brasil* — Espírito Santo
13h30 — *Consulta Marcada* — Câncer de próstata
14h30 — *Sessão Plenária* (representação)
18h30 — *Entrevista* — Senador Artur da Távola
19h — *Cores do Brasil* — Diamantina
19h30 — *Consulta Marcada* — Câncer de próstata
20h30 — *Entrevista* — Senador Artur da Távola
21h — *Jornal do Senado*

21h25 — *Senado em Pauta*
21h30 — *Consulta Marcada* — Câncer de próstata
22h30 — *Projeto E*
23h — *Espaço Cultural* — Show de Paulinho Pedra Azul

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
9h — *Sessão Plenária* (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — *Sessão Plenária* (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — “A voz do Brasil”
Em seguida — Música e informação
20h30 — “Senado em Linha Direta — Edição Nordeste”
Em seguida — Música e informação
21h — “Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste”
Em seguida — Música e informação
21h30 — “Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste”
Em seguida — Música e informação

Requião denuncia Fraga ao Ministério Público

Senador acredita que presidente do Banco Central violou a Constituição e praticou crime de responsabilidade ao autorizar a prorrogação do prazo para a venda do controle acionário do Banestado, do Paraná

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) comunicou ontem à Mesa do Senado que está encaminhando representação ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, contra o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, "com vistas ao ajuizamento de ação própria, por crime de responsabilidade".

De acordo com o senador, "a Constituição federal foi burlada por ato do senhor Armínio Fraga, que, *sponte propria*, e sem contar com a indispensável chancela do Senado Federal, autorizou a prorrogação do prazo para a venda, pelo estado do Paraná, do controle acionário do Banestado, fixada, pela Resolução do Senado nº 98, de 1988, para 30 de junho de 1999, caracterizando-se atentado ao art. 52 da referida Carta".

Roberto Requião argumenta, em sua representação, que a Constituição estabelece competência privativa do Senado Federal para dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder



Requião afirma que Armínio Fraga não recebeu autorização do Senado para tomar a medida

público federal, e também dispõe sobre as condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno (art. 52, incisos VII e VIII). Essa competência é realizada pelo Senado, lembrou Requião, por intermédio de resolução, conforme dispõe a Constituição.

Requião entende que o presidente do BC "fez letra morta do art. 2º, inciso III, alínea h da Resolução do Senado nº 98, de 1998, que prevê que, na hipótese de não-alienação do controle acionário do Banestado, em leilão especí-

fico, até 30 de junho de 1999, o estado do Paraná alienará à União as ações de sua titularidade no capital social daquele banco.

Em nenhum dispositivo, afirmou o senador, a resolução referida autoriza o presidente do Banco Central a prorrogar o prazo fixado pelo Senado. "Portanto, autorizar tal prorrogação, ou compactuar com ela, é dar por inexistente a Resolução nº 98", afirmou.

Roberto Requião disse, ainda, que o governo federal também ameaça a Constituição ao propor antecipação de receita aos estados do Rio de Janeiro e do Paraná, respectivamente, por conta de *royalties* de petróleo e do alagamento de Itaipu Binacional, sem ouvir o Senado. "São acordos que estão sendo feitos com determinados governos, sem respeito à devida isonomia em relação aos outros antes da Federação", criticou o senador.

— O Banco Central atropela o Senado e faz tábula rasa de suas resoluções. O caminho que encontrei para sustar esse procedimento é uma representação por crime de responsabilidade que vou protocolar na Procuradoria Geral da República — concluiu.

Bezerra alerta para grave situação da agricultura

Em pronunciamento ontem, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) chamou a atenção das autoridades para a situação em que se encontra a agricultura brasileira, que classificou de "gravíssima", em decorrência da "política desastrosa" do governo. Ele se solidarizou com a manifestação dos agricultores das regiões Sul e Centro-Oeste, marcada para a próxima segunda-feira, por medidas de recuperação para o setor agrícola.

Para o senador, a crise que afeta o setor primário no Brasil pode ser avaliada pela maneira como a imprensa vem tratando esse segmento da economia: "É com tristeza que vejo a grande imprensa tratar o agricultor brasileiro como caloteiro", afirmou.

Bezerra afirmou que o governo é o principal responsável pelas dificuldades dos agricultores. "Basta vermos que o custeio da agricultura, que no início do Plano Real era de R\$ 400,00 por hectare, hoje é de R\$ 800,00 por hectare, enquanto o



Bezerra lamenta que o produtor rural seja tratado pela mídia brasileira como um "caloteiro"

preço do produto continua o mesmo, quando não baixou."

O senador frisou que os agricultores não querem perdão de dívida nem dar calote. "O que os trabalhadores rurais pretendem é apenas um arranjo para continuarem sobrevivendo", disse, voltando a lembrar que o campo é a melhor saída para o problema do desemprego. Parte do *caminhão*, como está sendo chamada a mobilização dos agricultores, sairá de Rondonópolis (MT), passará por Jataí (GO) e Goiânia e chegará a Brasília na segunda-feira.

Suplicy recebe resposta de Malan sobre dívida

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) divulgou ontem a resposta do ministro da Fazenda, Pedro Malan, ao seu requerimento de informações sobre a proposta do governo de federalizar as dívidas de Santa Catarina junto ao instituto de previdência do estado, de aproximadamente R\$ 515 milhões.

Segundo Suplicy, Malan explicou que a dívida de Santa Catarina se originou do não recolhimento ao instituto, entre 1980 e 1994, de quotas de previdência correspondentes a 50% do valor das con-

tribuições de órgãos da administração direta, Legislativo, Tribunal de Contas e Judiciário. "O Senado autorizou a União a incluir essa dívida no contrato de refinanciamento celebrado com o estado, em 1998", explicou o ministro.

Na correspondência enviada a Suplicy, Malan afirma que não foram incluídas dívidas similares de outros estados em seus respectivos programas de federalização e lembrou que o Senado ainda precisa aprovar o ter-



Eduardo Suplicy

mo aditivo que se refere à dívida previdenciária de Santa Catarina.

Suplicy apresentou emenda ao projeto de resolução a ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos propondo que os demais estados e o Distrito Federal possam incluir, em suas respectivas operações de refinanciamento de dívidas mobiliárias e contratuais celebradas com a União, qualquer dívida previdenciária que tenham com seus institutos de previdência.

PPB pede a presidente apoio para açúcar e álcool

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) comunicou ao plenário que os parlamentares e ministros do PPB estiveram ontem com o presidente Fernando Henrique Cardoso e propuseram medidas para incrementar o setor sucro-alcooleiro e tornar o crédito agrícola mais acessível aos produtores rurais. Segundo o senador, o presidente afirmou que está disposto a discutir com gerentes do Banco do Brasil propostas para facilitar o acesso ao crédito rural.

Os integrantes do PPB pediram tam-

bém mais apoio à atividade agrícola do país e soluções para o endividamento desse setor. "Falamos com o presidente sobre a necessidade de se encontrar uma solução para a dívida do setor agrícola e ainda sobre a necessidade de se incrementar a exportação dos produtos agrícolas, principalmente de frutas, que têm demanda externa importante", informou o senador.

Quanto ao setor sucro-alcooleiro, o PPB pediu ao governo que permita a adição de álcool na gasolina e no óleo diesel. Com essa medida, o setor espe-



Quintanilha defende solução para crédito e ênfase nas exportações

ra poder gerar emprego e renda.

Segundo Quintanilha, o presidente estava tranquilo durante a audiência, e disse aos parlamentares e ministros do PPB que o país está no rumo certo e retomará, em breve, o crescimento econômico.

Patrocínio apela em favor da indústria do couro

A concessão de incentivos fiscais pelo governo federal e de financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é a saída imaginada pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) para a instalação de curtumes na região Centro-Oeste. Em discurso no plenário, o senador disse ontem que é viável pensar num pólo industrial coureiro-calçadista no "coração do Brasil".

A atividade industrial coureira é de enorme importância para o estado do Tocantins e para o Centro-Oeste, uma vez que 35% do rebanho bovino nacional estão localizados na região, segundo o senador. Contudo, Patrocínio se diz preocupado com o fato de que os estados do Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás têm sido até o momento meros fornecedores de matéria-prima para os curtumes localizados no Sul e no Sudeste.

Depois de observar que abundân-



Patrocínio: 35% do rebanho bovino nacional estão no Centro-Oeste

cia de matéria-prima não é tudo, ele destacou que o Brasil hoje é um grande exportador de couros — embarcou R\$ 651 milhões no ano passado —, mas concentra suas vendas nas modalidades com baixo grau de beneficiamento e, portanto, baixo valor agregado. As importações, que no ano passado se situaram em R\$ 132 milhões, são na sua maioria representadas por couro de alto valor, acrescentou.

De acordo com Patrocínio, a produção e a industrialização de couros podem ser impulsionadas por mais recursos, mas o setor não atingirá um novo patamar de receita sem mudanças estruturais como a adequação do rebanho (substituição do rebanho zebu por gado europeu) e a melhoria dos procedimentos no trato com as reses (parasitas, cercas, marcas no couro e transporte inseguro prejudicam a integridade da matéria-prima).